



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 438/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00401 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

UNIDADE: Diretoria de Ensino de São Carlos

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de cópia da norma que me impede o acesso ao prédio da unidade escolar. Demanda adequadamente atendida. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 438/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado Diretoria de Ensino de São Carlos, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão esclareceu que *"não há impeditivo de acesso dos membros da comunidade à escola, contudo, há de se acatar a regra de funcionamento da instituição, contida no Parágrafo Único do Artigo 97 do Regimento Escolar da EE Prof. Dr. Segundo Carlos Lopes, D.O. de 29/12/2021, pág. 63."*, informando, ainda, ter enviado *"uma cópia do Regimento Escolar, em 13/04/2022."*, para conhecimento. Em recurso, o órgão reiterou a resposta fornecida anteriormente. Insatisfeita a solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o ente atendeu adequadamente a demanda, em conformidade com o previsto no art. 11 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
4. À vista do exposto, tendo o órgão atendido adequadamente a demanda da interessada, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, de acordo com disposto no artigo 11 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI), ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 29 de dezembro de 2022.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 29/12/2022 às 14:23:44.

CGEDES202206370A

SIGA

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202206370A